

Dicionários regionalistas e espanhóis e seu verbete “gaúcho”

(Diccionarios regionalistas y españoles y su artículo “gaucho”)

Natieli Luiza Branco

¹Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

nati.branco@yahoo.com.br

Resumen: Este trabajo trae reflexiones sobre la producción de sentidos sobre el sujeto “gaucho” en el *Diccionario de Regionalismos do Rio Grande do Sul* y en el *Diccionario del Español de América*. Realizamos un análisis comparativo y discursivo entre las obras de acuerdo con el Análisis de Discurso de línea francesa que se desarrolla en Brasil en las últimas décadas. Tenemos en cuenta los prefacios de esos diccionarios y el artículo “gaucho” para verificar posibles aproximaciones o diferenciaciones entre una imagen de gauchito y otra. Observamos que el artículo “gaucho” produce diferentes sentidos en cada formación social y los prefacios presentan la toma de posición del sujeto dicionarista ante la lengua.

Palabras clave: Análisis de Discurso; sujeto; diccionario.

Resumo: Este trabalho traz reflexões a respeito da produção de sentidos sobre o sujeito “gaúcho” no *Diccionario de Regionalismos do Rio Grande do Sul* e no *Diccionario del Español de América*. Realizamos uma análise comparativa e discursiva entre as obras de acordo com a análise de discurso de linha francesa que vem sendo desenvolvida no Brasil nas últimas décadas. Nosso olhar se volta para os prefácios dos mesmos e para o verbete “gaúcho” a fim de verificar possíveis aproximações ou diferenciações entre uma imagem de gaúcho e outra. Observamos que o verbete “gaúcho” produz diferentes sentidos em cada formação social e os prefácios apresentam a tomada de posição do sujeito dicionarista ante a língua.

Palavras-chave: Análise de Discurso; sujeito; dicionário.

Considerações iniciais: o lugar do dicionário

Nossa proposta, para este trabalho, é olhar para os dicionários como objetos discursivos, ou seja, vemo-los como discurso com um funcionamento próprio. Segundo Nunes (2006), tratar o dicionário como discurso significa questionar o espaço de certeza que essa obra ocupa e deixar lugar para os gestos de interpretação.

Tem-se, comumente, uma visão do dicionário como objeto de consulta, no qual os sentidos se estabilizam. Por outro lado, porém, o dicionário é um espaço para “observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas” (NUNES, 2006, p. 11). Ele possui historicidade, renova-se, atualiza-se, transforma-se. É, portanto, “lugar de observação do léxico” (NUNES, 2001, p. 101), lugar de observar como o léxico produz sentido em determinadas condições de produção e produzido por determinados sujeitos.

Os dicionários, conforme Aurox (1992), são instrumentos linguísticos de reprodução de um imaginário. O funcionamento discursivo presente nesses instrumentos remete a uma produção de sentidos entre língua e sujeito. Desse modo, o dicionário é um espaço no qual

“é possível observar diferentes formas de nomear e de definir as coisas do nosso mundo, prevendo múltiplas possibilidades de funcionamento deste ou daquele sentido” (PETRI, 2010, p. 19). O dicionário não pode ser tomado somente como um espaço da certeza, no qual não cabe a dúvida, e no qual os sentidos estão prontos. Petri (2010, p. 19) coloca que

É com o intuito de retirar do estatuto de subutilização os dicionários, que propomos desconstruir a imagem de “lugar de interdito da dúvida”, ao qual o dicionário é vinculado, já que não se pode tomá-lo apenas como objeto de consulta da ortografia, pois isso seria reproduzir uma estrutura sem refletir sobre a língua ali veiculada.

Conforme a autora, essa imagem do dicionário faz com que estabeleçamos uma relação direta entre as palavras e as coisas, o que “na vida de um sujeito falante da língua, de fato, não ocorre” (PETRI, 2010, p.19). Porque a língua, na perspectiva discursiva, não se relaciona de modo direto com o mundo, com o exterior, com o sujeito, pois a ideologia e a história também intervêm na produção de sentidos.

Nosso objetivo, com este trabalho, é olhar o dicionário de outro modo, de um modo discursivo e apresentar possíveis análises a respeito do sujeito, da língua e da história que esse instrumento linguístico nos permite observar, e isso podemos realizar por meio dos pressupostos da análise de discurso de linha francesa, fundada por Michel Pêcheux na França e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi e os demais analistas de discurso que realizam suas pesquisas nas últimas três décadas.

Como o dicionário é um espaço de circulação de saberes, mantendo e atualizando sentidos, permitindo construir a relação entre língua e saber linguístico, também podemos observar que há diferentes construções de representações do sujeito “gaúcho”. E são essas representações que queremos analisar nesses dicionários. Para isso, tomamos como *corpus* o *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul* (1984), de Zeno Nunes e Rui Nunes, e o *Diccionario del Español de América* (1996), de Marcos Augusto Morínigo. A abrangência do primeiro dicionário é mais regional do que a do último dicionário citado, que é nacional. Justificamos essas escolhas por não conhecer, até o presente momento, dicionários argentinos ou uruguaios que se digam regionalistas como o dicionário do Rio Grande do Sul se diz.

O interesse por estudar o sujeito “gaúcho” se justifica por ser uma questão que permeia todo o imaginário de três países (Brasil, Uruguai, Argentina) que tiveram, na sua constituição histórica, esse sujeito – primeiro mitológico, depois histórico e literário – e sobre o qual existem vários discursos.

Para que possamos observar o funcionamento do dicionário e a produção de sentidos sobre o sujeito “gaúcho”, observamos e refletimos sobre os textos introdutórios desses dicionários e sobre o verbete “gaúcho” dos mesmos. Isso porque, segundo Nunes (2006), os prefácios revelam a posição do sujeito dicionarista/lexicógrafo e as condições de produção do dicionário e os verbetes mostram a singularidade de cada dicionário. Para realizar este estudo, primeiramente, discorreremos sobre algumas noções teóricas de língua, sujeito e história, de acordo com os analistas de discurso, que dão suporte a este trabalho e nos ajudam a olhar para o dicionário de outro modo, para depois analisarmos os prefácios e o verbete “gaúcho” dos dicionários.

Algumas considerações teóricas

Primeiramente, destacamos o que entendemos por discurso. Segundo Orlandi (2009, p. 21), discurso é o “efeito de sentidos entre os locutores”. Os sentidos se estabelecem na relação entre locutores, e essa relação não é apenas de transmissão de informação, mas de produção de sentidos entre os sujeitos. Discurso é o lugar em que a ideologia e língua se relacionam, com produção de “sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2009, p. 17). O discurso é o funcionamento da linguagem, onde podemos observar os sentidos e a constituição de sujeitos através da mesma.

Conforme a referida autora, não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2009). É pela ideologia que o indivíduo é interpelado em sujeito para que a língua faça sentido. Desse modo, “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua” (ORLANDI, 2009, p. 17). A língua, para a perspectiva discursiva, não é um código, um sistema fechado e organizado, pois ela é sujeita a falhas, a equívocos, a contradições. A língua não é transparente, pois tem como constitutiva a historicidade. Para que haja sentido na relação com mundo, a língua (enquanto sujeita a falhas) se inscreve na história.

A história, entendida aqui, não é da ordem da cronologia, da evolução, mas da ordem da produção de sentidos, da relação dos sujeitos com a exterioridade. Segundo Orlandi (2008, p. 18), “é pelo discurso que não se está só na evolução mas na história”. Porque a história é constitutiva da linguagem, pois o que interessa é “os modos como os sentidos são produzidos e circulam” (ORLANDI, 2007, p. 33) em uma determinada condição de produção.

Em relação ao sujeito, sua imagem é constituída historicamente, pois o imaginário condiciona os sujeitos. De acordo com Orlandi (2009), o sentido muda dependendo de como o sujeito emprega a palavra, de como é sua relação com a ideologia, sua história particular na e pela língua; é um efeito ideológico que se observa pela determinação das formações discursivas nas quais o sujeito se inscreve prioritariamente.

O sujeito toma uma posição ao se inscrever em uma determinada formação discursiva. Sobre formação discursiva, Pêcheux ([1975] 2009, p. 147, itálico do autor) trata que é “aquilo, que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina *o que pode e deve ser dito* [...]”. O sujeito se inscreve em uma formação discursiva para que seu discurso tenha um sentido e não outro. Com isso, “o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade” (ORLANDI, 2002, p. 69). Desse modo, podemos compreender que palavras iguais podem significar de forma diferente em formações discursivas diferentes.

Para a Análise de Discurso, o sujeito é interpelado em sujeito pela ideologia e ele toma posições, assim podemos falar em posições de sujeito. E essas diferentes posições do sujeito se constituem pelas imagens (quem sou eu para que eu fale assim? quem és tu para que me fales assim? quem eu penso que tu és para que eu fale assim?) (ORLANDI, 2009). Isso contribui para o processo de significação do discurso, pois, como o imaginário faz parte do funcionamento da linguagem, ele se inscreve de acordo com as relações sociais de determinada sociedade.

Com isso, tratamos o sujeito lexicógrafo/dicionarista como uma posição que o sujeito assume para produzir o dicionário. Segundo Nunes (2006), o sujeito lexicógrafo/

dicionarista aparece como aquele que domina os sentidos e os sujeitos, distribuindo as significações de acordo com sua construção da imagem do outro. Ele se esquece, no entanto, de que está falando a partir de uma posição em uma formação social. Temos, com isso, o esquecimento número um, em que o sujeito tem a ilusão de ser a fonte de seu dizer; porém os sentidos já são pré-existentes, de acordo com Pêcheux ([1975] 2009).

O sujeito, identificado com certa formação discursiva prioritária, retoma sentidos já existentes e, afetado pelo inconsciente (esquecimentos), acredita que os sentidos se originam com o seu dizer, dando, com isso, a evidência do sujeito. Desse modo, concordamos com Petri (2004, p. 71), que

[...] a fundação da AD [Análise de Discurso], então, é marcada pela presença de um sujeito que deixa de ser o centro e a origem do seu dizer, passando a uma categoria que funciona como efeito produzido pela ideologia no discurso.

Desse modo, trazemos para discussão mais uma questão importante para os estudos discursivos que é a de memória discursiva. Os sentidos advêm da memória discursiva que é coletiva (todos têm acesso a ela) e, em determinado momento, vêm a funcionar na produção do dicionário.

Por memória, Orlandi (2009, p. 31) trata que é o todo, o já-dito, o esquecido, é algo que fala antes em outro lugar, e que “torna possível todo dizer”. O interdiscurso permite a relação do discurso com os sujeitos e a ideologia, pois há “uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo” (ORLANDI, 2009, p. 32), ou melhor, “para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (p. 33). Para explicitar melhor essa questão, Orlandi (2009) cita Courtine (1984)¹: há um eixo da constituição que determina o eixo da formulação, pois só podemos dizer, formular, se nos colocarmos na perspectiva do interdiscurso, do dizível. No entanto, essa memória discursiva é estruturada por esquecimentos.

Há dois tipos de esquecimentos – já mencionados anteriormente – de acordo com Pêcheux ([1975] 2009): o esquecimento número um, em que o sujeito tem a ilusão de ser a fonte de seu dizer, conforme citado acima; o esquecimento número dois, em que o sujeito tem a ilusão de controlar os sentidos e esquece que os sentidos podem ser outros. Esses esquecimentos são estruturantes, necessários e inconscientes. É preciso que os sujeitos esqueçam que já foi dito para, ao dizerem, constituírem-se como sujeitos. Dessa forma, os sentidos estão sempre em movimento.

E, para que haja sentido, segundo Orlandi (2009), deve haver relação do sujeito com a língua e com a história, e a ideologia intervém nessa relação para o funcionamento do imaginário. É pela ideologia que há a constituição das imagens e do sujeito. Porém não há sujeitos nem sentidos completos, “é no corpo a corpo com a linguagem que o sujeito (se) diz” (ORLANDI, 2009, p. 53). O sujeito se submete à língua e à história porque ele precisa disso para se subjetivar.

Para este trabalho, procuramos compreender os sentidos sobre o “gaúcho” e, para isso, deve-se ir além da evidência. Os sentidos se relacionam com a exterioridade, remetem-se à memória, portanto devem-se compreender as condições de produção: o sujeito, a

¹ COURTINE, J. J. Définition d'orientations théoriques et méthodologiques en analyse de discours. *Philosophiques*, Paris, v. 9, n. 2, 1984.

memória, a situação e considerar o contexto da enunciação – o contexto imediato – e o contexto sócio-histórico, ideológico, que é um contexto mais amplo.

De acordo com Orlandi (2002), mais do que observar a função do dicionário é observar o seu funcionamento, pois, tomando o dicionário como discurso, podemos ver nele como se projetam a representação da língua e o modo como os sujeitos produzem linguagem. O dicionário é produzido com uma história, possui vestígio da memória histórico-social. Desse modo, o dicionário vai além da normatização, ele explicita a ideologia, as condições de produção que estão sustentando aquele momento de sua elaboração.

Os dicionários e seus prefácios

Os prefácios, segundo Nunes (2006), são materiais importantes para verificar as condições de produção do dicionário. Entendem-se condições de produção como “formações sociais e os lugares que os sujeitos aí ocupam” (NUNES, 2006, p. 19), pois, nos prefácios, aparece a posição do sujeito dicionarista em relação à própria obra, à concepção de língua, bem como perpassa a imagem dos sujeitos leitores.

O prefácio, conforme Petri (2009), pode ser produzido pelos editores, pelo autor ou pode ser escrito por terceiros. É um texto com funcionamento próprio, pois revela a ideologia, a história e a posição sujeito presentes em cada obra, além de representá-la, enaltecendo-a.

Com base nas noções teóricas mobilizadas anteriormente, selecionamos alguns recortes – que já são um gesto de análise – dos textos introdutórios que nos permitem observar seu funcionamento em relação às condições de produção, à concepção de língua e de dicionário.

O *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul* está em sua segunda edição e sua circulação é mais centrada na região Sul. Essa obra é produzida por dois irmãos advogados, Zeno e Rui Nunes, que se interessam pelas tradições gaúchas e participam do Movimento Tradicionalista Gaúcho.² Não temos, com isso, um olhar de lexicógrafos, mas de dicionaristas interessados com a cultura linguística da qual eles fazem parte. Esse dicionário apresenta dois textos introdutórios: um assinado por Hugo Ramirez (“Apresentação”) e outro texto denominado “Nota dos Autores”.

O primeiro texto é uma apresentação dos autores e da obra; é assinado por Hugo Ramirez, que é poeta. Os autores são falados pelo outro, com isso aparecem designações dos sujeitos dicionaristas como: “dois gaúchos autênticos”, “homens de Cima-da-Serra, trazendo nas veias o sangue bandeirante dos velhos conquistadores”, “poetas”, “tranqüilos”, “dois irmãos”. Sendo os sujeitos dicionaristas designados dessa forma, podemos pensar que, conforme Petri (2008), a relação do sujeito com a língua é uma relação de preservação do patrimônio linguístico da região sul do Brasil. Nesse texto, também há a caracterização de um dicionário de regionalismos: “abraçar todas as tropilhas vocabulares”, “obra valoriza, sobremodo e antes do mais, o patrimônio semantológico e coloquial do Brasil, em sua área de cultura meridional”, a obra “enseja uma dupla perspectiva de integração sociológica,

² Movimento Tradicionalista Gaúcho é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que se dedica à preservação, resgate e desenvolvimento da cultura gaúcha. Mais informações podem ser acessadas no endereço eletrônico: <http://www.mtg.org.br/site/pag_oqueemtg.php>. Acesso em: 10 jun. 2013.

tanto de dentro do país, onde a fala do rurícola gaúcho é algo saborosamente peculiar, como, ainda e além fronteiras, entrelaçando, através da comunidade linguística, importantes regiões de idêntica sociogênese, da Argentina, do Brasil e do Uruguai”, “glossário dialetológico”.

Com esses recortes, observamos que esse dicionário de regionalismos ocupa uma posição importante nos estudos sobre a língua e em relação a outros dicionários, pois, segundo Hugo Ramirez, esse dicionário é uma obra que permite valorizar a língua, a cultura, o patrimônio do Brasil. O referido autor afirma que a língua do gaúcho é peculiar, mas não apenas peculiar, é “saborosamente peculiar”. E o patrimônio linguístico e cultural do sul do Brasil vai “além fronteiras”, pelo fato de Brasil, Argentina e Uruguai terem uma história de colonização que se assemelham e de o “gaúcho” ser uma imagem presente nesses três países. Podemos observar que esses recortes no texto de Hugo Ramírez dão ao dicionário regionalista o “estatuto de lugar do saber lingüístico, de abrangência superior à região a qual se refere prioritamente” (PETRI, 2008, p. 235), tornando o dicionário de regionalismos rio-grandense um lugar de referência para o saber sobre a língua. Ressalta-se também, nesse texto, o valor do tradicionalismo e de um dicionário regionalista: “a obra [o dicionário] os consagra [os autores], sem dúvida, mas consagra mais ainda ao Movimento Tradicionalista Gaúcho”, bem como o trabalho do dicionarista, mostrando as relações entre os sujeitos e a obra, determinando a consagração dos autores e da obra para os estudos da linguagem gauchesca.

No segundo texto (“Nota dos autores”), há a delimitação do tempo realizado para fazer o dicionário (“iniciado a mais de meio século”), bem como a descrição de seu processo: “continha, de início, apenas os termos mais tipicamente gaúchos utilizados pelos habitantes do interior de nosso Estado”, mas aos poucos foi enriquecendo com outros termos falados em todo o território rio-grandense e, também, com expressões de obras, em prosa ou em verso, de outros dicionários e vocabulários. Esse segundo texto também mostra que a realização de um dicionário não é uma tarefa fácil e que não é uma simples obra; há, portanto, o engrandecimento da mesma. O espaço, de onde os autores falam, também é demarcado: interior do Rio Grande do Sul, ressaltando a “linguagem falada em nossa Querência”.

O que observamos, com esses recortes, é a função do prefácio de enaltecer a obra e de enaltecer os termos linguísticos presentes nela, pois há a indicação do tempo dedicado para a construção desse dicionário, que já dá o direcionamento para o sujeito leitor de que esse dicionário é uma importante obra para quem procura conhecer a língua falada no Rio Grande do Sul. Nesses dois textos introdutórios, observamos a preocupação dos sujeitos autores em conservar a tradição gaúcha. Com isso, concordamos com Petri (2008, p. 234): “o dicionário é elaborado como um lugar de preservação de ‘patrimônio lingüístico-cultural’”, pois, como podemos observar, o objetivo desse instrumento linguístico é tratar o dicionário mais do que uma obra de consulta e sim uma obra de preservação da língua e da cultura gaúcha.

Por outro lado, o *Diccionario del Español de América* é produzido por um pesquisador argentino que investigou as consequências linguísticas da colonização da América pelos espanhóis. O autor dedicou-se a estudar as influências lexicais das línguas indígenas americanas na língua espanhola. Percebe-se, conforme o seu prefácio, a preocupação em mostrar a diversidade linguística que há entre o espanhol hispano-americano e o espanhol peninsular. Essa obra está em sua segunda edição, impressa após a morte do sujeito lexicógrafo.

Esse dicionário contém dois textos, um intitulado “Introducción” e outro intitulado “Criterios para este Diccionario”, e não há quem assina os textos. Não aparece quem assina, mas isso não significa que não tem autoria. A primeira reflexão que nos toma é que esses textos são produzidos pela editora e, sendo dos editores, seriam para enaltecer a obra a fim de vendê-la. E também temos o fato de o sujeito lexicógrafo ter falecido antes de terminar a edição da obra, o que pode não o ter levado a fazer um prefácio. No primeiro texto introdutório há a qualificação do sujeito lexicógrafo e, posteriormente, há a qualificação da obra. Conforme o dicionário regionalista visto anteriormente, nesse dicionário também há a caracterização da obra – resultado de estudos e esforços do seu autor por vários anos, mais precisamente, cinquenta anos.

O processo para a realização da obra foi o recolhimento do vocabulário americano de cronistas, historiadores, literatos do século XVI e XVII; depois outros investigadores colaboraram com obras literárias mais recentes. Nesse primeiro texto, o que se destacam são as diferenças semânticas, dialetais, lexicais entre países de mesma língua – a língua espanhola. O dicionário é tratado como documento e estudo do léxico, dando início aos estudos dialetais do espanhol americano. Observamos, com isso, a ideia do dicionário como objeto de consulta cuja regularidade normativa deve estar presente e também o efeito de completude que esse dicionário quer passar.

No outro texto desse dicionário (“Criterio para este Diccionario”), aparece uma explicação do seu propósito. Essa obra se destina a “ofrecer a los lectores de obras literarias, históricas, sociológicas, científicas hispanoamericanas un instrumento de trabajo eficaz”. Observamos, nesse recorte, que o dicionário se destina a sujeitos leitores cultos, mas não quaisquer sujeitos, destina-se àqueles que “carecen de un conocimiento pormenorizado de las variaciones regionales americanas”. Com isso, ressaltam-se, outra vez, as diferenças entre o espanhol americano e o espanhol peninsular.

Observamos que os textos introdutórios do *Diccionario del Español de América* apresentam uma descrição longa e completa da realização desse dicionário e um estudo sobre a língua hispano-americana e peninsular. Isso reflete na questão que os dicionários e seus prefácios não são vistos apenas com um imaginário da certeza, mas com sentidos outros que permitem construir um saber sobre a língua.

Os dicionários e seus verbetes

Visto o que nos mostram os prefácios dos dicionários em questão, refletiremos sobre os sentidos do verbo “gaúcho” presente nos mesmos. Nosso interesse pelo discurso sobre o “gaúcho” se dá por sua representação ir se alterando, tomando diferentes concepções, sendo institucionalizadas nos dicionários. O “gaúcho” passa por diferentes sentidos para ser designado como um tipo social geograficamente posicionado, de acordo com Petri (2008), desde o sentido de ladrão, arruaceiro, passando por homem valente até se perpetuar como habitante do Rio Grande do Sul.

O *Diccionario de Regionalismos do Rio Grande do Sul* traz a definição de gaúcho em dezesseis páginas. O sujeito dicionarista busca suas referências em literatura, trabalhos de pesquisadores e músicas tradicionalistas. Ao decorrer dessas páginas, o sujeito dicionarista diz, repete, mantém, exemplifica a definição de gaúcho, pois o interesse desse dicionário é ressaltar a imagem do gaúcho.

As primeiras acepções designam o gaúcho como “habitante do Rio Grande do Sul”; “habitante do interior do Rio Grande do Sul, dedicado à vida pastoril e perfeito conhecedor das lidas campeiras”; “habitante da Argentina e do Uruguai [...] com origem e costumes assemelhados aos dos rio-grandenses”. Como já observamos nos prefácios, sabe-se que o sujeito “gaúcho” pertencia aos três países fronteiriços, cujas fronteiras geográficas não existiam no período histórico em que o “gaúcho” – como homem sem dono – apareceu. Porém, mesmo sabendo desse fato histórico, os dicionaristas afirmam, primeiramente, o “gaúcho” como habitante do Rio Grande do Sul – demarca um espaço – e reconhecem que na Argentina e no Uruguai também existe o “gaúcho”, mas é um sujeito diferente do sul do Brasil. Afirmção que ressalta a ideologia desse dicionário: valorizar as tradições culturais do sul do Brasil.

Após essas definições, aparece a palavra “primitivamente”, que introduz uma adjetivação do sujeito gaúcho; nesse espaço aparecem as designações que o “gaúcho” recebia, desde contrabandista, desregrado a trabalhador, hábil cavaleiro. Designações usadas até os dias de hoje para denominar o “gaúcho”.

Para marcar sua posição, os sujeitos dicionaristas acrescentam ao verbete exemplos de outros textos, de outros autores, inclusive apresenta citações em prosa, em verso, em língua espanhola. O sentido pejorativo (do “gaúcho” como arruaceiro, sem lei, ladrão) não é tanto marcado nesse discurso dicionarístico, aparece apenas na quarta acepção que dá a adjetivação do “gaúcho”; prevalece, com isso, o imaginário do sujeito “gaúcho” como homem valente, destemido, corajoso.

A respeito da etimologia da palavra “gaúcho”, os dicionaristas afirmam que “existem centenas de hipóteses a respeito da origem da palavra *gaúcho*, que, apesar dos esforços dos pesquisadores, continua envolvendo denso mistério”; o que segue depois dessa acepção são citações de pesquisadores, autores que se preocupavam em estudar essa questão, tornando esse dicionário “a expressão do desejo de conservar diferentes sentidos que possam ser atribuídos ao gaúcho, própria ao dicionário de regionalismos” (PETRI, 2008, p. 240). O que destacamos com isso é a importância de conservar a imagem do sujeito gaúcho sempre tão presente nesses dicionários. E ressaltada, também, nos textos introdutórios desse dicionário.

O *Diccionario del Español de América* apresenta a definição de gaúcho em três páginas. Diferentemente de como aparece no dicionário regionalista, a primeira definição se refere ao homem do Rio da Prata: “hombre de campo del Río de la Plata”. Podemos observar uma posição de lexicógrafo, distanciando-se da relação de pertencimento com a língua e promovendo um deslocamento da noção de regional, pois ao abranger o Rio da Prata ele sai da ideia de um regional interno a uma nação e expande para o além-fronteiras político; é para além de Espanha, mas é para além das fronteiras dos países hispano-americanos também.

Depois dessa acepção, aparece a descrição do “gaúcho”. Por um lado, o sujeito dicionarista aponta que o “gaúcho” destro nas lidas do campo está desaparecendo, mas, por outro lado, ele afirma que a idealização do “gaúcho” prevalece. A idealização do “gaúcho” é a de “arquétipo humano, poseedor de las máximas virtudes viriles en que el hombre rioplatense quiere verse retratado”; o sujeito que é designado “gaúcho” possui as máximas virtudes, o que nos leva a pensar que esse dicionário também ressalta a valorização do “gaúcho”. Porém, prevalecendo essa idealização do “gaúcho”, não significa que o

sentido pejorativo (de vida nômade, ladrão de gado, perverso) também não apareça. Fato que não é destacado no dicionário de regionalismos.

Em relação à etimologia da palavra “gaúcho”, apresenta, de modo conclusivo, que o termo gaúcho nasceu da tríade Argentina-Uruguai-Brasil. Diferentemente do dicionário regionalista sul-rio-grandense, esse dicionário mostra que o gaúcho faz parte desses três países, mas sua etimologia teria diferentes versões.

A partir disso, o sujeito dicionarista do *Diccionario del Español de América* traz datas, menções a documentos que tratam do surgimento do termo “gaúcho”. Temos, por exemplo, que, em 1771, data a primeira menção do termo “gaúcho”; em 1787, data o desprestígio do “gaúcho”, divulgado em jornal; 1729 é a data em que aparece o termo “changador”, e, em 1746, aparece o termo “gaudério”. Dados esses que o dicionário regionalista não traz.

O que podemos observar nessas designações de “gaúcho” é que o sujeito dicionarista está preocupado com a história e a cronologia, com uma visão mais enciclopédica do que a do dicionário sul-rio-grandense. O imaginário que perpassa o sujeito “gaúcho” não é o mesmo do dicionário regionalista, pois, nesse dicionário, não há a preocupação da conservação da imagem do “gaúcho”, mas, sobretudo, mostrar os diferentes efeitos de sentidos desse termo.

Considerações finais: algumas reflexões

De acordo com Petri (2004, p. 125), a origem epistemológica da palavra “gaúcho”, “embora diversificada, em determinado momento aponta para um efeito de sentido bem específico”: a relação forte do gaúcho com a terra. Segundo a referida autora, a relação com a terra, anteriormente, era devido ao envolvimento do “gaúcho” com as guerras de fronteira, com a defesa das terras da estância e com seu grupo marginalizado. No século XVII, o envolvimento do “gaúcho” com a terra foi por causa da pecuária introduzida pelos colonizadores europeus. E, por fim, com a Revolução Farroupilha, as lutas pelo território foram bem marcadas.

Em relação à produção de sentidos sobre o sujeito “gaúcho”, observamos que, no século XX, houve “uma re-significação do imaginário ‘sobre o gaúcho’” (PETRI, 2004, p. 129), e a designação “gaúcho” torna sinônimo, em todo o Brasil, de habitantes do Rio Grande do Sul, eliminando a designação pejorativa e deixando lugar para uma formação imaginária na qual prevalecem as características de “a coragem a toda a prova, a honra, a honestidade, o excelente caráter, o amor pela liberdade, a irreparável hospitalidade, o patriotismo” (PETRI, 2004, p. 132). A literatura e a história, a partir do século XIX, fizeram com que a imagem do “gaúcho” ficasse para a posterioridade.

No entanto, esse imaginário de sentidos pejorativos que acompanhou durante séculos a designação “gaúcho”, segundo a referida autora, não está apagado, ele coexiste nos novos sentidos agregados à designação. E essa coexistência é percebida nos sentidos que os dicionários analisados nos mostram: marcam esse imaginário de “gaúcho” com sentido pejorativo e acrescentam um outro imaginário: o de “gaúcho” como homem valente, o “herói regionalista” (PETRI, 2008, p. 241).

Os dicionários são instrumentos linguísticos que trazem a história da língua, das ideologias, dos sujeitos – seja brasileiro e/ou gaúcho, ou hispano-americano – e que dos seus domínios (o prefácio e o verbete) emergem o discurso, as tomadas de posição dos sujeitos e as relações entre dicionaristas e leitores dos dicionários, bem como entre os dicionaristas e a língua.

Os sentidos “estão dentro e fora do dicionário” (PETRI, 2010, p. 25). A língua não está pronta, completa, só porque está nesse instrumento linguístico; ela se movimenta também nesse espaço. Tomando o dicionário como um instrumento para o ensino/aprendizagem de língua e como materialidade discursiva, observamos que, nele, há produção de sentidos que, segundo Petri (2008, p. 241), extrapola “o uso comum que dele se faz” e revela “a excelência de seu papel também na constituição/instituição de uma memória”, ou seja, além de extrapolar o seu efeito de detentor dos sentidos, os dicionários também revelam a memória do Rio Grande do Sul, da Argentina e do Uruguai.

Em vista disso, observamos que esses dicionários se aproximam porque mantêm e atualizam os sentidos sobre o sujeito “gaúcho”. No entanto, esses dicionários também se diferenciam em relação à posição que o sujeito dicionarista toma ante a língua, pois, no *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*, há a preocupação de manter a linguagem gauchesca e, no *Diccionario del español de América*, há a preocupação com a linguagem do espanhol hispano-americano. Em relação ao verbete “gaúcho”, há produção de diferentes sentidos em cada formação social, diferentes sentidos de um lado e de outro da fronteira.

Com isso, podemos concluir, concordando com Orlandi (2002), que os dicionários são constitutivos da formação social, visto que eles são produzidos por sujeitos que tomam a posição de dicionarista e carregam, além das condições de produção, a memória social. Assim, o dicionário é um espaço de produção de sentidos e não um espaço de sentidos estabilizados.

REFERÊNCIAS

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. 134 p.

MORÍNIGO, M. A. *Diccionario del Español de América*. 2. ed. Madrid: Anaya e Mario Muchnik, 1996. 800 p.

NUNES, J. H. O espaço urbano: a “rua” e o sentido público. In: ORLANDI, E. (Org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001. p. 101-109.

_____. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006. 254 p.

NUNES, R. C.; NUNES, Z. C. *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984. 552 p.

ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo: Cortez, 2002. 320 p.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007. 156 p.

_____. *Terra à vista - Discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. 286 p.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100 p.

PECHÊUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975]. 287 p.

PETRI, V. *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins*. 2004. 332 f. Tese (Doutorado em Letras. Área de concentração: Teoria do texto e do discurso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do “gaúcho”. *Revista Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 37, p. 227-243, jul/dez. 2008. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r37/artigo14.pdf> Acesso em: 10 set. 2013.

_____. A emergência da ideologia, da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários. In: INDURSKY, F. et al. (Org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 329-336.

_____. *Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos*. Santa Maria: PPGL-Editores, 2010. 119 p.